



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ  
Rua Carlos Antonio Sales, s/n - Bairro Floresta - CEP 62660-000 - Umirim - CE - www.ifce.edu.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo: 23493.001017/2019-01

Interessado: Departamento de Administração e Planejamento

TERMO DE REFERÊNCIA  
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO)  
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS UMIRIM  
PREGÃO Nº 09/2019

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de seguro veicular para a frota veicular dos *campi* Aracati, Caucaia, Itapipoca e Umirim, por meio de Pregão Eletrônico por SRP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CAMPUS	UNIDADE	QTDE	VALOR MÁXIMO
01	1	Prêmio do Seguro para veículo do IFCE <i>Campus</i> Aracati – Itens 1 a 4 da Tabela I - Informações	ARACATI	SERV.	1	R\$ 22.224,06
01	2	Prêmio do Seguro para veículo do IFCE <i>Campus</i> Caucaia – Item 5 a 8 da Tabela I - Informações	CAUCAIA	SERV.	1	R\$ 22.972,60
01	3	Prêmio do Seguro para veículo do IFCE <i>Campus</i> Itapipoca – Item 9 da Tabela I - Informações	ITAPIPOCA	SERV.	1	R\$ 5.195,28
01	4	Prêmio do Seguro para veículo do IFCE <i>Campus</i> Umirim – Itens 10 a 12 da Tabela I - Informações	UMIRIM	SERV.	1	R\$ 14.160,62
01	5	Valor fixo da franquia para custear os possíveis acionamentos do seguro de veículos do IFCE <i>campus</i> Aracati – Itens 1 a 4 da Tabela I - Informações	ARACATI	SERV.	1	R\$ 16.829,60
01	6	Valor fixo da franquia para custear os possíveis acionamentos do seguro de veículos do IFCE <i>campus</i> Caucaia – Item 5 a 8 da Tabela I - Informações	CAUCAIA	SERV.	1	R\$ 11.861,70
01	7	Valor fixo da franquia para custear os possíveis acionamentos do seguro de veículos do IFCE <i>campus</i> Itapipoca – Item 9 da Tabela I - Informações	ITAPIPOCA	SERV.	1	R\$ 4.164,05
01	8	Valor fixo da franquia para custear os possíveis acionamentos do seguro de veículos do IFCE <i>campus</i> Umirim – Itens 10 a 12 da Tabela I - Informações	UMIRIM	SERV.	1	R\$ 8.618,41

**1.2 Os itens 1 a 4 referem-se aos valores dos PRÊMIOS, os quais foram separados por órgão/campus. Assim, deve a proposta ser encaminhada contendo os valores unitários no modelo do Encarte - A deste processo.**

**1.3 Os itens 5 a 6 referem-se aos valores das FRANQUIAS, os quais não entrarão em disputa, devendo ser ofertado o lance conforme o valor estipulado em cada item. Servirão para custear possíveis acionamentos dos seguros.**

1.4 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

<b><u>Órgão gerenciador: IFCE CAMPUS UMIRIM</u></b>				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Cronograma previsto	Quantidade
4	Prêmio do Seguro para veículo do IFCE <i>Campus</i> Umirim – Itens 10 a 12 da Tabela I - Informações	SERV.	Agosto de 2019	1
8	Valor fixo da franquia para custear os possíveis acionamentos do seguro de veículos do IFCE <i>campus</i> Umirim – Itens 10 a 12 da Tabela I - Informações	SERV.	Conforme necessidade	1

<b><u>Órgão participante: IFCE CAMPUS ARACATI</u></b>				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Cronograma previsto	Quantidade

1	Prêmio do Seguro para veículo do IFCE <i>Campus</i> Aracati – Itens 1 a 4 da Tabela I - Informações	SERV.	Agosto de 2019	1
5	Valor fixo da franquia para custear os possíveis acionamentos do seguro de veículos do IFCE <i>campus</i> Aracati – Itens 1 a 4 da Tabela I - Informações	SERV.	Conforme necessidade	1

**Órgão participante: IFCE CAMPUS CAUCAIA**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Cronograma previsto	Quantidade
2	Prêmio do Seguro para veículo do IFCE <i>Campus</i> Caucaia – Item 5 a 8 do Anexo VI - Informações	SERV.	Julho 2019	1
6	Valor fixo da franquia para custear os possíveis acionamentos do seguro de veículos do IFCE <i>campus</i> Caucaia – Item 5 a 8 da Tabela I - Informações	SERV.	Conforme necessidade	1

**Órgão participante: IFCE CAMPUS ITAPIPOCA**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Cronograma previsto	Quantidade
3	Prêmio do Seguro para veículo do IFCE <i>Campus</i> Itapipoca – Item 9 da Tabela I - Informações	SERV.	Dezembro 2019	1
7	Valor fixo da franquia para custear os possíveis acionamentos do seguro de veículos do IFCE <i>campus</i> Itapipoca – Item 9 da Tabela I - Informações	SERV.	Conforme necessidade	1

1.5. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de forma não continuada.

1.6. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.7. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.8. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares (ITEM 2), apêndice desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de seguro veicular para a frota veicular dos *campi* Aracati, Caucaia, Itapipoca e Umirim, por meio de Pregão Eletrônico por SRP. Considera-se, ainda, que os contratos serão feitos individualmente por cada um dos *Campi* participantes/interessados. Para fins da execução dos serviços de seguro veicular, a seguradora deverá fornecer uma apólice que contemple as seguintes coberturas:

- COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO E FURTO;
- RCF (RESPONSABILIDADE CIVIL E FACULTATIVA);
- APP (ACIDENTE POR PASSAGEIRO).

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1. Conforme especificações constantes neste instrumento, o objeto da presente aquisição possui padrão de desempenho e qualidade que pode ser objetivamente definido por edital e por meio de especificações de mercado, nos termos do parágrafo único, do art. 1º da Lei 10.520/2002, caracterizando-se como bens comuns.**

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **5.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:**

**5.1.1. A empresa contratada deverá prestar serviços conforme especificações constantes neste Termo de Referência, Edital e demais Anexos/Encartes.**

## **6. DO TIPO DE SEGURO**

6.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo o fornecimento de Seguro Total para os veículos relacionados e deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional.

6.2. O Seguro deverá cobrir:

6.2.1 Colisão, Incêndio e Roubo e Furto;

6.2.2 RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa);

6.2.3 APP (Acidente por Passageiro).

6.3 Farão parte da Composição do preço do Seguro, os seguintes itens:

6.3.1 IS (Importância Segurada pelo Veículo, referente a 100% da tabela FIPE para cada veículo). Considerar para efeito de cálculo do valor do seguro a publicação do mês da abertura das propostas de preços, no certame licitatório. Para os veículos que não constam na Tabela FIPE, o valor correspondente a Importância Segurada é o estipulado pelo IFCE com base no Valor de Mercado Referenciado (VMR) conforme item 13 do Encarte A.

6.3.2 RCF DM (Danos Materiais de Terceiros) -Valor mínimo: R\$ 50.000,00;

6.3.3 RCF DP (Danos Pessoais de Terceiros); -Valor mínimo: R\$ 50.000,00;

6.3.4 APP Morte.(por pessoa) -Valor mínimo: R\$ 10.000,00;

6.3.5 APP Invalidez. (por pessoa) -Valor mínimo: R\$ 10.000,00

6.3.6 Franquia reduzida.

6.2.4 Cobertura de reboque com quilometragem ilimitada.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (SUPRESSÃO)

### 7. DA APÓLICE

7.1 A empresa contratada para cobertura de seguro deverá emitir uma única apólice que contemple todos os veículos;

7.2 A empresa deverá entregar a apólice nos Departamentos de Administração e Planejamento do IFCE no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato.

7.3 Para a emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, o prazo será de 30 (trinta) dias a contar de pedido expresso pela fiscalização do IFCE.

7.4 A apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses e terá início a partir da zero hora do dia posterior à assinatura do contrato.

### 8. DA FRANQUIA

8.1 A franquia considerada é a REDUZIDA, observado, no entanto, o seguinte:

8.1.1 Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices;

8.1.2 Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo segurado, prioritariamente, à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse, à concessionária/oficina.

### 9. DA GUARDA E UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DO IFCE

9.1 Os veículos são conduzidos pelos motoristas terceirizados e servidores, devidamente autorizados por portaria, do IFCE e permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo da instituição.

### 10. DO ENDOSSO

10.1 Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pelo IFCE e processadas pela seguradora, mediante endosso, dentre elas:

10.1.1 substituição de veículos;

10.1.2 exclusão de veículos;

10.1.3 inclusão de veículos;

10.1.4 correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente.

## **11. DO BÔNUS**

**11.1 No cálculo do valor dos prêmios líquidos de seguro deverão ser consideradas as classes de bônus, para cada veículo, conforme o 8 – DOS BÔNUS - do ENCARTE A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS e TABELA 1 - INFORMAÇÕES deste Termo de Referência.**

**11.2 Havendo sinistro com os veículos a serem segurados, ocorridos após a publicação do edital e antes da sessão pública de realização do pregão, para fins de cálculo do valor do Prêmio Líquido, deverá ser considerada a classe de bônus imediatamente inferior àquela informada na tabela supracitada.**

**11.3 No caso de renovação contratual, deverá a contratada considerar o bônus de cada veículo, vinculado ao CNPJ da instituição.**

## **12. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**12.1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:**

**12.1.1. As demandas foram estabelecidas conforme o Encarte - A deste instrumento.**

## **13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

**13.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:**

**13.1.1. Os serviços deverão ser prestados conforme este Termo de Referência e o Encarte A – Especificações Técnicas.**

## **14. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

14.1. A empresa a ser contratada deverá estar regular perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

14.2. O licitante deverá entregar declaração que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

14.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

14.3.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

14.3.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

14.3.3. A seguradora deverá possuir compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa No 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

14.4. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004.

14.5. Não ter sido condenada, a seguradora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

## **15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

15.1. Participação na gestão do contrato: O fiscal técnico, administrativo ou equipe de fiscalização do Contrato e o gestor do contrato, todos servidores do IFCE;

15.2. A comunicação com a CONTRATADA far-se-á por e-mail, ofícios, cartas de notificações e demais documentos que se fizerem necessários.

## **16. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

16.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

16.1.1. Apólice, individualizada por Órgão Gerenciador e demais Participantes;

16.1.2. Cartão dos veículos assegurados.

## **17. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

17.1. A execução dos serviços será iniciada com a assinatura do contrato, na forma que segue:

17.1.1. O início de vigência da cobertura dos seguros será imediatamente após a assinatura do contrato.

## **18. DA VISTORIA**

18.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos veículos a serem segurados, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 17h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones constantes da **TABELA I – INFORMAÇÕES deste Termo de Referência**, podendo sua realização ser comprovada por:

a) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Encarte A.

18.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

18.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## **19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

19.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

19.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

19.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

19.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

19.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

20.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

20.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

20.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

20.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

20.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

20.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

20.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

20.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

- 20.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 20.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 20.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 20.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 20.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 20.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 20.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.17. Fornecer e manter atualizado todos os seus dados, inclusive endereço, telefone, fax, email até o final da vigência deste Contrato;
- 20.18. Fornecer apólice de seguro de acordo com as exigências do Contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 20.19. Assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data da convocação a ser realizada por parte do IFCE - Reitoria e demais *campi* participantes;
- 20.20. Fornecer manual ou documento equivalente, contendo todas as condições gerais de funcionamento do seguro automóvel para os serviços objeto deste contrato;
- 20.21. Proporcionar cobertura a danos nos vidros, faróis e retrovisores dos veículos segurados.
- 20.22. Proporcionar cobertura mesmo nos casos em que não for possível a realização de perícia policial.
- 20.23. Utilização do bônus de cada veículo, vinculado ao CNPJ da instituição, no caso de renovação contratual**

## **21 DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 21.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **22 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **23 O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 23.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 23.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 23.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 23.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
- 23.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 23.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 23.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

23.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

23.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

23.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

23.11. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.12. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

23.13. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.14. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **24. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

24.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

24.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

24.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

23.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

24.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

24.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

24.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

24.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **25 DO PAGAMENTO**

25.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

25.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

25.2.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

25.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

25.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

25.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

25.4.1. o prazo de validade;

25.4.2. a data da emissão;

25.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

25.4.4. o período de prestação dos serviços;

25.4.5. o valor a pagar; e

25.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

25.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

25.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

25.6.1 não produziu os resultados acordados;

25.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

25.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

25.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

25.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

25.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

25.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

25.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

25.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

25.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

25.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

25.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

25.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

25.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 26 REAJUSTE

26.1 Os preços são fixos e irredutíveis.

## 27 GARANTIA DA EXECUÇÃO

27.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 28 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

28.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

28.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

28.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

28.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

28.1.5. cometer fraude fiscal.

28.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

28.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

28.2.2. **Multa de:**

28.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

28.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

28.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

28.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

28.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

28.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

28.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

28.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

28.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

28.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

28.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

<b>Tabela 1</b>	
<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

<b>Tabela 2</b>		
<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

28.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

28.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

28.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

28.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

28.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o

procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

28.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade

da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

28.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 29 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

29.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

29.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

29.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

29.3.1. A empresa prestadora do serviço deverá comprovar que possui capacidade técnica para execução dos serviços, por meio de atestado ou declaração de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando assim que tenha executado contrato(s) de serviços em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Será solicitado, ainda, que as empresas comprovem regularidade perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (número de registro na SUSEP).

29.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

29.4.1. **Valor Global: R\$ 106.026,31 (cento e seis mil vinte e seis reais e trinta e um centavos).**

29.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

29.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

29.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 30 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

30.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

## 31 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. (SUPRESSÃO)

### ANEXOS

#### 1 - ESTUDOS PRELIMINARES - DOCUMENTO SEI 0691697

#### 2 - TABELA I - INFORMAÇÕES

ITEM	BÔNUS ATUAL	MARCA/MODELO	ANO	PLACA	RENAVAM	CLASSI	CAMPUS/LOCAL DE PERNOITE
01	0	ÔNIBUS VOLKSWAGEN /COMIL / VERSATILE I	2011/2012	OIO-7813	461888289	9532L82W8CR229148	CAMPUS ARACATI End.: Rodovia CE - 040 Km 137,1 - Bairro Aeroporto - CEP 62800-000 - Aracati/CE FONE: (88) 3303-1202
02	0	MICRO-ÔNIBUS / MARCOLOPO / VOLARE W9 ON	2012/2013	OSM-8919	502240555	93PB40N31DC045153	
03	0	CAMINHONETE I/ CHEVROLET / S10 LT DD4	2012/2013	OSA-5691	512474613	9BG148FH0DC443148	
04	0	CAMINHONETE II/ CHEVROLET / S10 LT DD4	2012/2013	OSA-5701	512482004	9BG148FH0DC464376	
05	0	VW / COMIL CAMPIONE R	2000/2000	HWZ-0851	00752354213	9BWY2TJB7YRY11130	CAMPUS CAUCAIA END.: Rua Francisco da Rocha Martins, s/n, Pabussu - CEP
06	0	VW / FOX 1.0 G II	2010/2010	ENC-8943	00197047726	9BWAAO5ZXA4124642	
07	0	MMC / L 200 4X4 GL	2011/2012	OHZ-6361	00430166605	93XPNK74OCCB86748	

08	0	AGRALE / MA 8.5 UNISAÚDE AT	2005/2005	HVS- 8192	00876293720	9BYC22Y1S5O003558	61609-090 - Caucaia/CE FONE: ()
09	0	MMC/L200 TRITON GL D	2015/2016	PMF- 1045	01057551268	93XLNKB8TGCF15062	CAMPUS ITAPIOCA Rua da Universidade, Nº 102 - Bairro Madalena - CEP 62500-000 - Itapipoca/CE FONE: (85) 3401- 2375
10	0	ÔNIBUS M. BENZ / MASCARELLO ROMAMD 17220	2011/2011	OCG- 6433	329080121	9BM384078BB769711	CAMPUS UMIRIM Rua Carlos Antonio Sales, s/n - Bairro Floresta - CEP 62660-000 - Umirim/CE FONE: (85) 3364- 4515
11	0	AUTOMÓVEL FORD / FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2013/2013	ORY- 1691	526177608	9BFZF54P6D8448217	
12	0	CAMINHONETE I / FORD RANGER XL 11P	2010/2010	NUS- 5782	206496060	8AFER11P6AJ321736	

### 3 - ENCARTE A - ESPECIFICAÇÕES - DOCUMENTO SEI 0864864

**Francisco Wanderson da Silva Lima**  
Chefe do Departamento de Administração e Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Wanderson da Silva Lima**, Chefe do Departamento de **Administração e Planejamento**, em 14/08/2019, às 18:16, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0907780** e o código CRC **35E9A35C**.